

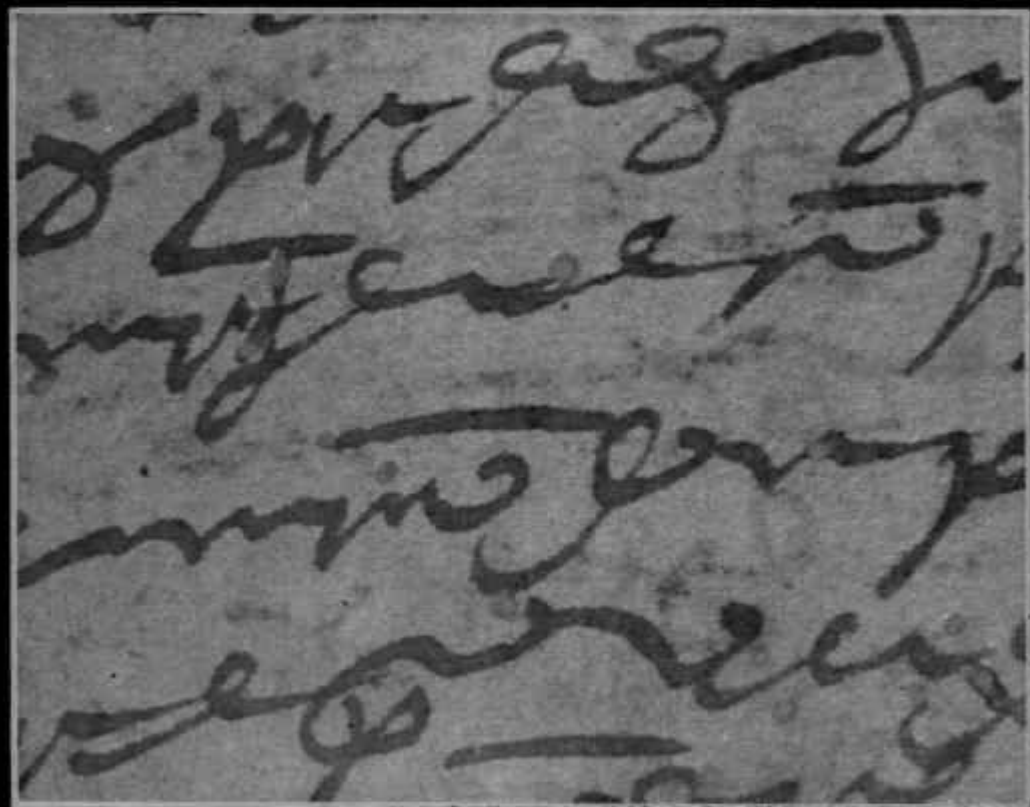
---

# ACERVO

---

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

---



## Do pré-arquivo à gestão de documentos

José Maria Jardim  
Diretor da Divisão de Pré-Arquivo  
do Arquivo Nacional

A idéia de que os documentos arquivísticos podem cumprir um ciclo vital caracterizado por fases corrente, intermediária e permanente alterou profundamente a arquivologia praticada até a Segunda Guerra Mundial. As instituições arquivísticas viram-se desafiadas a alterar seu perfil organizacional, sendo levadas a romper com a função exclusiva de guarda e acesso a documentos históricos. A partir dos anos cinquenta e, particularmente, na América do Norte e na Europa, os arquivos públicos buscaram aproximar-se das administrações nas quais se encontravam inseridos, a fim de intervir em sua realidade documental, otimizando os recolhimentos, prestando serviços de arquivamento intermediário, colaborando na gestão dos arquivos correntes etc.

Sem dúvida, o grau de aprofundamento dessas formas de intervenção dos arquivos nos organismos produtores de documentos variou conforme a tradição administrativa e arquivística de cada país. Nos E.U.A. e no Canadá, a noção de gestão de documentos ganhou base teórica e se alastrou em termos práticos, enquanto na maioria dos países europeus os arquivos públicos se restringiram a ampliar sua atuação junto aos órgãos governamentais, sobretudo no processo de avaliação e recolhimento. No Brasil, como na maioria dos demais países latino-americanos, perdurou o modelo de arquivo histórico do tipo tradicional, desvinculado dos interesses da administração pública e, por consequência, atendendo de forma insuficiente às demandas da pesquisa científica.

A instituição de uma Divisão de Pré-Arquivo, em 1975, na estrutura organizacional do Arquivo Nacional constituiu, portanto, um marco importante.

A noção de pré-arquivo deriva do conceito de *pré-archivage*, utilizado na França, que consiste no conjunto de ações desenvolvidas pelas instituições arquivísticas com vistas à sua intervenção no período característico entre a utilização administrativa corrente e o uso dos documentos para a pesquisa histórica. Sob o ponto de vista terminológico, a expressão *pré-arquivo* encontra-se superada no âmbito da comunidade arquivística brasileira, que atualmente conceitua os arquivos como conjuntos documentais, a partir da Teoria das Três Idades.

Com a criação da Divisão de Pré-Arquivo, pela primeira vez se reconheceu regimentalmente a necessidade de o Arquivo Nacional voltar-se para a gestão dos documentos ainda indefinidos quanto ao seu valor histórico. É competência fundamental da Divisão de Pré-Arquivo "recolher e conservar a do-

Acervo	Rio de Janeiro	v. 3	n. 2	p. 33-36	jul-dez. 1988
--------	----------------	------	------	----------	---------------

cumentação ainda com interesse administrativo e selecionar a que será incorporada ou eliminada". Também pela primeira vez, ao se instalar a Divisão em Brasília, o Arquivo Nacional apresentou sinais de preocupação com a sua atuação junto à administração pública na capital federal. Em sua sede no Rio de Janeiro, porém, não se observou essa preocupação, tanto em termos organizacionais como técnicos.

A criação dessa nova área de trabalho, vale frisar, não resultou do estabelecimento de uma política de arquivos por parte do governo federal nem de uma proposta de descentralização e regionalização do Arquivo Nacional. Isto talvez explique as dificuldades político-administrativas enfrentadas pelo Arquivo Nacional nos últimos anos para atuar em direção à gestão dos documentos federais com a desenvoltura institucional que tal atividade pressupõe. A criação do Sinar em 1978, por sua vez, longe de propor uma política arquivística para o governo federal, contribuiu para inibir uma atuação sistemática do Arquivo Nacional junto aos arquivos correntes federais, no momento sob a orientação normativa do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), cujo órgão central é a Secretaria de Administração da Presidência da República (Sedap).

Até 1981, quando se iniciou o processo de modernização do Arquivo Nacional, a Divisão de Pré-Arquivo desenvolveu-se de maneira incipiente, seja no arquivamento de documentos intermediários, seja na implementação de outras ações que contribuíssem para a adoção de melhores padrões arquivísticos no governo federal. Desde esse período foram acumulados, sem critério, cerca de 1.363 metros lineares de documentos, primeiramente em instalações físicas cedidas pela UnB em 1976 e, após 1979, na Imprensa Nacional, local onde se encontra hoje. Sem instalações físicas adequadas, distanciada geográfica e administrativamente da sede, desprovida quantitativa e qualitativamente de recursos humanos, a Divisão de Pré-Arquivo não se consolidou como área de trabalho dentro do Arquivo Nacional que, por sua vez, prosseguiu sua centenária trajetória ignorando sua função como órgão de apoio à administração pública.

Os ventos da modernização trouxeram, a partir de 1981, uma pequena injeção de recursos humanos na Divisão em Brasília e, na sede, um grupo de trabalho iniciou um levantamento dos fundos documentais acumulados em ministérios sediados na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se, assim, o embrião de uma equipe atualmente especializada em gestão de documentos, com formação teórica e prática estabelecida a partir das experiências desenvolvidas no âmbito da Divisão e em estágios e contatos com instituições arquivísticas dos E.U.A., Canadá, França, Espanha, Inglaterra etc.

Ao mesmo tempo, o Arquivo Nacional, aos poucos, incorporou às suas reflexões técnicas e políticas aspectos tradicionalmente ignorados até então. Um grupo reduzido de profissionais no Rio e em Brasília passou a introduzir na instituição questões relativas às formas de relacionamento do Arquivo Nacional com os demais órgãos federais, abordando temas como política de recolhimento, avaliação e seleção, classificação de documentos correntes, gestão de arquivos intermediários, racionalização da tramitação documental, entre outros. Esta abordagem expressou-se concretamente na identificação dos documentos acumulados na Divisão de Pré-Arquivo, em projetos de gestão de documentos desenvolvidos no Ministério da Agricultura e no Instituto Nacional de Previ-

---

dência Social, na realização de programas de cursos para os servidores federais incumbidos de atividades arquivísticas, na promoção de seminários nacionais de gestão de documentos, na publicação de manuais, na prestação de serviços de assistência técnica, no recolhimento de documentos à nova sede do Arquivo Nacional, na elaboração de diagnósticos sobre a situação arquivística do governo federal etc.

No decorrer desse processo, a Divisão de Pré-Arquivo instalou-se também no Rio de Janeiro, ainda que informalmente. A necessidade do grupo de trabalho junto à sede do Arquivo Nacional evidenciou, uma vez mais, a inadequação da atual estrutura organizacional da Divisão de Pré-Arquivo às suas novas atividades no campo da gestão de documentos. Sobre a Divisão de Pré-Arquivo *formal* forjou-se no Rio e em Brasília a Divisão de Pré-Arquivo *real* fruto da modernização do Arquivo Nacional, aportando à instituição uma face menos historicista e mais voltada à prestação de serviços técnicos arquivísticos ao governo federal.

O conjunto dessas ações propiciou a maior proximidade entre o Arquivo Nacional e os demais órgãos federais, tornando a instituição mais visível ao administrador público e ao governo como órgão responsável pelos documentos federais.

O espaço conquistado é significativo, porém ainda bastante insuficiente, pois à ampliação da competência técnica do Arquivo Nacional na área da gestão de documentos não correspondeu a definição de um marco legal que garantisse à instituição assumir amplamente tal tarefa na administração federal. Por outro lado, como reflexo dos próprios limites administrativos do Arquivo Nacional, a Divisão de Pré-Arquivo ainda não foi contemplada com o formato organizacional adequado ao seu funcionamento simultâneo no Rio de Janeiro e em Brasília. Estas limitações têm sido contornadas pelo esforço da equipe da Divisão de Pré-Arquivo e pelo apoio da Direção-Geral do Arquivo Nacional, de modo a se consolidar internamente uma área de trabalho que expresse a modernização do Arquivo Nacional, contribuindo para fixar, externamente, uma política federal de arquivos. Colaboraram, também, de forma decisiva para a desenvoltura alcançada pela Divisão de Pré-Arquivo suas diretoras, em períodos anteriores, Vilma Schaefer Correa, Norma de Góes Monteiro e Eliana Rezende Furtado de Mendonça.

A evolução da Divisão de Pré-Arquivo e suas expectativas refletem, portanto, as transformações vivenciadas nos últimos anos pelo Arquivo Nacional e pela comunidade arquivística brasileira. Nos limites de sua ação, a Divisão de Pré-Arquivo tem contribuído, por um lado, para a produção de conhecimento arquivístico específico à realidade da administração pública brasileira e, por outro, para a dinâmica de modernização do Arquivo Nacional.

O amadurecimento de uma área de trabalho em desenvolvimento há apenas 12 anos, numa instituição sesquicentenária, tem sido, assim, construído cotidianamente na frequência dos acertos, na superação dos erros e sob o compromisso maior do Arquivo Nacional com a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico federal.

**Abstract:**

This article shows the fundamental change in archives administration up to the Second World War and the modification of archival institutions profile, until then devoted to the storage and access of historical documents. It also shows the evolution of the Brazilian Intermediate Division as well as the achievement of a significant space in the area of records management.

**Résumé:**

Cet article démontre la profonde altération subie par l'archivologie qui était pratiquée jusqu'à la Deuxième Guerre Mondiale, de même que le changement des caractéristiques des institutions archivistiques, jusqu'à cette époque tournées vers la conservation et accès aux documents historiques. L'auteur retrace, aussi, l'évolution de la Division de Préarchivage aux Archives Nationales du Brésil, qui mène l'institution à l'occupation d'une place dans le domaine de la gestion des documents du gouvernement fédéral.

**Bibliografia**

- LA ADMINISTRACIÓN moderna de archivos y la gestión de documentos: el pronuario RAMP. Recopilado por Peter Walne con la asistencia de un grupo de trabajo del Consejo Internacional de Archivos. Paris, Unesco, 1985. 532 p. (Unesco. PGI-85/WS/32).
- BUTTNER, Stegfried. Creation, maintenance and use by central government institutions of their contemporary records. In: EUROPEAN CONFERENCE ON THE CREATION AND ORGANISATION OF CONTEMPORARY RECORDS (1985: Budapest). s.n.t. 20 p.
- CHARBORD, Marie-Thérèse et alii. La formation des archives et le pré-archivage. *La Gazette des Archives*, (99): 200-25, 4. trim. 1977.
- \_\_\_\_\_. Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP. Paris, Unesco, 1982. 61 p.
- DUBOSQ, Guy M. & Mabbs, A. W. *Organização do pré-arquivo*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1976. 74 p.
- DUCHEIN, Michel. Le pré-archivage: quelques classifications nécessaires. *La Gazette des Archives*, (71): 226-38, 4. trim. 1970.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI. *Cadernos FUNDAJ*, 4 (8): 17-19, abr. 1984.
- INAUGURAÇÃO do pré-arquivo em Brasília. *Mensário do Arquivo Nacional*, 9 (11): 21-23, nov. 1978.
- JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Assis revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 2 (2): 35-42, jul-dez. 1987.
- NAUD, Gérard. Pré-archiver d'abord analyser. *La Gazette des Archives*, (75): 185-9, oct-dec. 1971.